



***A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO: O
ENFRENTAMENTO PERANTE AS TENTATIVAS DE INVISIBILIDADE NA
PESQUISA***

***LA RESISTENCIA DE LAS MUJERES EN LA EDUCACIÓN: LUCHA
CONTRA LOS TENTADOS DE INVISIBILIDAD EN LA INVESTIGACIÓN***

***WOMEN'S RESISTANCE IN EDUCATION: FIGHTING THE ATTEMPTS
OF INVISIBILITY IN RESEARCH***

Sueli Gomes da Costa Sitta¹

Alexandre de Oliveira Legendre²

RESUMO

É possível observar por parte de toda a análise das narrativas bibliográficas aqui feitas, as distinções entre as carreiras de homens e mulheres a partir das atribuições sociais impostas às mulheres que interferem na progressão de suas carreiras. A atenção para tal ponto principal se dá para o poder que atravessa as relações sociais constituindo identidades e diferenças que geram preconceitos de gênero. Além disto, reflete-se aqui sobre os diversos tipos de violências sofridas pelas mulheres na área acadêmica a fim de promover maior debate sobre o assunto. Portanto, pode-se concluir que, a trajetória da mulher foi e continua sendo construída em um ambiente baseado em valores e padrões masculinos que restringem e dificultam a participação e o reconhecimento das mulheres na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Educação. Pesquisa. Invisibilidade.

RESUMEN

Es posible observar, por parte de todo el análisis de las narrativas bibliográficas aquí realizado, las distinciones entre las carreras de hombres y mujeres, a partir de las atribuciones sociales impuestas a las mujeres que interfieren en la progresión de sus carreras. En este punto central se presta atención al poder que atraviesa las relaciones

¹ Mestranda em Docência para educação básica. UNESP, Bauru, São Paulo, Brasil.

² Doutor em Química. UNESP, Bauru, São Paulo, Brasil.

sociales constituyendo identidades y diferencias que generan prejuicios de género. Además, aquí se reflexiona sobre los diferentes tipos de violencia que sufren las mujeres en el ámbito académico con el fin de promover un mayor debate sobre el tema. Por lo tanto, se puede concluir que la trayectoria de la mujer fue y sigue siendo construida en un entorno basado en valores y normas masculinas que restringen y dificultan la participación y el reconocimiento de la mujer en la investigación.

PALABRAS-CLAVE: Mujer. Educación. Investigación. Invisibilidad.

ABSTRACT

It is possible to observe, on the part of the entire analysis of the bibliographic narratives made here, the distinctions between the careers of men and women, from the social attributions imposed on women that interfere in the progression of their careers. Attention to this main point is given to the power that crosses social relations constituting identities and differences that generate gender prejudices. In addition, it reflects here on the different types of violence suffered by women in the academic area in order to promote greater debate on the subject. Therefore, it can be concluded that the trajectory of women was and continues to be built in an environment based on male values and standards that restrict and hinder the participation and recognition of women in research.

KEYWORDS: Women. Education. Search. Invisibility.

* * *

Pela maior parte da História, 'anônimo' foi uma mulher.

Virginia Woolf

Introdução

A ciência e os espaços acadêmicos de produção de conhecimento foram historicamente estruturados para os homens, desconsiderando assim, a participação e a contribuição das mulheres. Este fator determinante reflete diretamente na dificuldade de inserção, reconhecimento e na produtividade de mulheres pesquisadoras e cientistas. Adendo a isto, está o fato de que estas lidaram e lidam sempre simultaneamente com suas carreiras profissionais e os papéis de gênero a que estão sujeitas (SCHIEBINGER, 2001).

Dentro do ramo da pesquisa, as distinções entre as carreiras de homens e mulheres são ignoradas, impondo que as mulheres tenham que se adaptar a um perfil masculino, machista e sexista de atuação. Nada diferente da pressão e da subordinação social diária que a mulher já sofre em meio a sociedade nada igualitária em que vive (RUBIN, 1993).

Considerado um tema atual e uma discussão mundial, o patriarcado e a discriminação das mulheres na ciência busca problematizar o impacto negativo na vida das cientistas sob os aspectos econômico, social e emocional (UFAL, 2023). Distante dos sistemas que limitam suas ações de comportamentos sociais e na contramão das restrições de ordem social e configurado como a máxima expressão das relações de poder, o patriarcado, força totalmente contrária a uma ferramenta identitária e intercultural, é capaz de condicionar e suprimir os modos de gerar formas de pensamentos através de seus atos práticos (ANDIÓN, 2015).

De acordo com um estudo publicado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estudo este que aborda as perspectivas de desenvolvimento humano baseado nas necessidades de transformações para a desigualdade de gênero, afirma que cerca de 90% da população mundial tem algum tipo de preconceito contra mulheres. Ressalta-se aqui que esta análise foi feita tanto com homens quanto com mulheres e em 75 países que correspondem a 81% da população mundial (UNDP, 2020b).

O mundo não está no caminho certo para alcançar a igualdade de gênero até 2030. O Índice de Desigualdade de Gênero (GII) do Relatório de Desenvolvimento Humano - uma medida do empoderamento das mulheres na saúde, educação e status econômico - mostra que o progresso geral na desigualdade de gênero tem diminuído nos últimos anos. As normas sociais são centrais para a compreensão dessas dinâmicas. Portanto, combater-las é um divisor de águas para as desigualdades de gênero (UNDP, 2020b).

A partir de 1960 a quantidade de mulheres que passou a chefiar departamentos em universidades e manter cargos acadêmicos de prestígio foi se tornando cada vez maior. No entanto, durante o nascimento da ciência moderna, a informação que chegava às mulheres ainda era limitada. Este fenômeno foi responsável pela produção de uma grande quantidade de estudos em que, sociólogos, filósofos e críticos culturais por exemplo, tentaram interpretar o porquê de tal mudança na estruturação hierárquica acadêmica (SCHIEBINGER, 2001).

A década de 70 acompanhou a expansão das universidades, processo que alavancou a entrada das mulheres nestes espaços (JORNAL DA USP, 2023). Entretanto, as barreiras existentes continuam sendo diversas. Assim, mesmo que atualmente a participação das mulheres no campo científico seja equitativa quando a referência se faz numericamente, a hierarquia acadêmica continua sendo ocupada,

principalmente por homens, independentemente da área de conhecimento a que estes pertencem (DA SILVA; RIBEIRO, 2014).

E foram apenas nas últimas décadas anteriores aos anos 2000 que se pôde testemunhar avanços significativos no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico. Isto pode ser visto atualmente perante o número expressivo de mulheres nas universidades e instituições fazendo pesquisa e ciência, como serão demonstrados mais detalhadamente ao decorrer deste artigo (DA SILVA; RIBEIRO, 2014).

Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório, ou seja, baseada em pesquisas bibliográficas, mas diferente de um tema apenas teórico, este texto se pauta em experiências reais vividas por discentes e docentes dentro das universidades. Portanto, um dos principais objetivos aqui encontrados foi o de, com a demonstração de atividades e casos reais, relatar como ao longo de uma pesquisa feita no ano de 2023 foi possível perceber que padrões estruturais continuam se repetindo e procurar entender como e porque estes tem acontecido neste determinado contexto.

Os avanços acadêmicos são relacionados ainda com base em uma cultura que consiste no modelo masculino de carreira. Assim, em uma sociedade ainda de caráter patriarcal, as instituições sociais se tornam uma aspiração em meio a busca por uma carreira científica e/ou acadêmica.

Gênero, violência e (in)visibilidade

A violência contra a mulher está arraigada na história da formação das sociedades. Vivendo em um espaço predominantemente conservador, as mulheres precisam se organizar e consolidar estratégias para combater a opressão diária dentro e fora do campo da pesquisa. De acordo com Schiebinger (2001) as mulheres foram excluídas do mundo da ciência simplesmente por serem mulheres.

A ciência como um construto humano foi moldada por valores sociais e culturais que excluíram (e ainda excluem) e visibilizaram as mulheres da produção do conhecimento. A estrutura de gênero definiu o homem como sujeito do conhecimento, e, portanto, as habilidades e características necessárias para produzir a ciência são as tidas como masculinas, das quais as mulheres são “naturalmente” desprovidas. A ciência dita universal é uma ciência masculina, branca, elitista, ocidental, burguesa, embora se pretenda neutra, livre de marcadores

sociais, tais como gênero, etnia/raça, classe social, geração, etc. (SILVA, 2012, p. 34).

Em vista disto, a invisibilidade feminina tem sido uma constante na sociedade patriarcal, na qual a estruturação do poder masculino se deu perante a apropriação e/ou a usurpação do poder feminino, naturalizado por muito tempo. De acordo com a Revista Pesquisa FAPESP (2020, online) “nas últimas décadas, governos, universidades e empresas de diferentes partes do mundo têm adotado estratégias para absorver os desafios envolvendo igualdade de gênero e diversidade em carreiras de pesquisa”.

Manifestada por meio de uma linguagem ideológica, a violência de gênero pode se dar de diversas formas: ao ser, ao se comunicar, ao se vivenciar, ao se aprender e ao se interpretar o mundo. Somando todas elas, gera-se uma compreensão representada por relações sociais, culturais e econômicas, que são reproduzidas em todos os espaços da sociedade, incluindo as idealizadas instituições universitárias (SOUZA et al., 2021b).

Mas quando a realidade passa a ser de uma parcela irrisória da sociedade, formada por mulheres que têm como parâmetro o acesso à cultura e a educação, esta se torna motivo de resistência e incentivo para que todas as outras consolidem estratégias para a não aceitação daquilo que as oprime, explora e diminui. Scott (1995, p. 73) ressalta que “as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”.

[...] trabalhar com as categorias das relações sociais de gênero nas análises dos estudos é procurar novas compreensões das relações de poder, que dentro da história se constituiu pela invisibilidade das mulheres, paralelamente à presença hegemônica dos homens. (SILVA, 2015, p. 20).

Silva (2015) reforça ainda que o exercício de poder é repressivo e normativo, tomando sempre como referência, a superioridade masculina.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a idéia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. (PISCITELLI, 2002, p. 2).

“Ao longo da história, as mulheres foram dispendo de seus direitos a passos lentos, como trabalhar, votar, se divorciar, entre tantos outros. Para participar ativamente e se tornar tema central de estudos acadêmicos não seria diferente” (JORNAL DA USP, 2023, online). Embora a sociedade tenha se modificado ao longo do tempo em diversos aspectos, a herança deixada por diversos conceitos, culturas e matérias, continua influenciando tanto nas ações das mulheres quanto nos julgamentos sofridos por elas (KOVALESKI; TORTATO; DE CARVALHO, 2013).

As diferentes especificidades dos indivíduos como gênero, raça e cor se apresentam em um nível de alta complexidade na dinâmica das relações sociais. Por si só, a aparência física é atrelada a um conceito, arraigado culturalmente, de que tudo deve ser igual ou que é tradicionalmente reconhecido como correto e previamente aceito, ocupando uma malha societária dentro de uma perspectiva hierárquica (RIBEIRO; FERREIRA, 2016).

Essa diversidade de identidades e experiências que articulam a categoria gênero com outros eixos, cria discursos e práticas sociais excludentes que sustentam desigualdades e desencadeiam violências, resultando no acometimento direto de grupos vulneráveis (SOUZA *et al.*, 2021b). Levando em conta os fatores externos que interagem com as relações inerentes à uma perspectiva mutável de acordo com espaço e tempo, “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 15).

Além disto, “a trajetória das mulheres foi marcada por uma progressão gradual até que elas fossem reconhecidas. como dignas de serem pesquisadas e de produzirem pesquisa” (JORNAL DA USP, 2023, online). Foi incessante a luta na tentativa de ganhar visibilidade e, mesmo atualmente, ainda são necessários muitos esforços para romper com a lógica estrutural das relações de poder entre os gêneros.

Desde os anos de 1970, quando a questão do lugar da mulher na ciência passou a se destacar, diversas autoras têm se dedicado a compreender a ausência ou a suposta “invisibilidade” das mulheres na história da ciência, buscando visibilizá-las, mostrando que elas também têm uma história, da qual são também sujeitos ativos. (SILVA, 2012, p. 20).

Quando “gênero” passou a ser utilizado como uma categoria, a análise voltava-se para a construção social e cultural, atentando-se principalmente para a forma como os

sujeitos, feminino e masculino, se constituíam e eram constituídos em meio às relações de poder (MARIANO, 2005). Os homens nascem livres enquanto as mulheres devem conquistar sua liberdade e, a despeito de sua situação na pirâmide social, elas se constituem como as principais vítimas de violência, desde a doméstica até a institucional (ESTIVALET, 2018).

[...] com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas. (MEYER, 2003, p. 17).

Embora muitas mulheres tenham participado efetivamente de incontáveis movimentos liberais, os frutos das suas lutas não recaíram sobre elas, mas favoreceram exclusivamente o patriarcado (PORTO, 2007). “Contudo, com a institucionalização e profissionalização da ciência e a separação entre público e privado, com o desenvolvimento do capitalismo, a participação da mulher ficou mais restrita.” (SILVA, 2012, p. 18).

Os estudos feministas, através de uma linguagem centrada na perspectiva das relações de gênero, começam a refletir sobre todas as formas de dominação sofrida pelas mulheres e por homens que não se enquadram em uma concepção hegemônica de masculinidade (branca, heterossexual e burguesa), levando em consideração as relações de poder existentes entre ambos os sexos e as formas de segregação sexual que justifica papéis sociais diferenciados para mulheres e homens, produzindo uma sociedade sexista, na qual os seres são definidos segundo o sexo, apresentando estereótipos para cada categoria, buscando, na maioria das vezes, explicar a condição das mulheres na sociedade como determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo. (SILVA, 2015, p.16).

A consolidação do capitalismo foi responsável por reforçar ainda mais as desigualdades de gênero e suas relações de poder. Com a abertura de diversos espaços fabris, a mulher foi abandonando a esfera privada e doméstica de trabalho para assumir a figura operária, a qual era constantemente desvalorizada chegando a receber até menos da metade que os homens sob o pretexto de serem sustentadas por alguém e, portanto, não precisavam de altos salários para sobreviver (ALVES; PITANGUY, 1985).

São inúmeras as formas de preconceito e discriminação contra as mulheres da área da pesquisa e da ciência, não isentando de ser ainda maior quando aliado com outros tipos relacionados a raça/etnia, classe social, nacionalidade, geração, dentre outros. Salienta-se que o preconceito não afeta ou atinge todas as mulheres de modo igual, operando inclusive, muitas vezes de forma sutil e velada, tanto quanto de forma explícita (DA SILVA; RIBEIRO, 2014).

A crítica à ciência vista por uma abordagem feminista opera em uma abordagem construcionista, na qual esta demonstra que a ciência não é, e nunca foi, “neutra” do ponto de vista de gênero e de outros marcadores sociais como etnia/raça, classe social, geração e outros. Foi possível a partir destes reconhecimentos, a criação de um novo instrumento de análise acerca das ideologias na estruturação do mundo social e intelectual que ia muito além do que uma análise baseada em corpos de homens e mulheres (SILVA, 2012).

Desse modo, mulheres e homens passavam a ser definidos em termos recíprocos, na qual, vistos de perspectivas intelectuais, não poderiam mais ser compreendidos de forma isolada. As construções históricas e sociais deixavam de lado as diferenças baseadas entre os sexos anatômicos e se fundamentava agora em uma importante ferramenta analítica onde o conceito de gênero é um construto humano que ocorre de modo continuado, construídos e representados por discursos e práticas pedagógicas (MEYER, 2003).

As relações de gênero encontradas dentro das universidades e instituições de ensino travam um diálogo com a vida cotidiana por meio das relações de poderes instituídas e representadas pelas diferenças. A ciência, considerada como construto humano, além de um produto cultural, social e histórico, eram por si, os mesmos motivos que afastaram dos espaços de produção científica as mulheres durante grande parte da história (MULTIRIO, 2020).

O ritmo acelerado e o impacto das mudanças que vêm ocorrendo no planeta no último século têm sido marcados por intensas alterações que constituem novas relações sociais, étnicas e geracionais que se impõem como novos desafios (DE MATOS, 2002). Portanto as inúmeras instabilidades existentes no tecido social variam de acordo com as mudanças das ordens sociais temporais vigentes. Uma das maiores mudanças, talvez a mais marcante, ocorreu na relação entre homens e mulheres:

[...] cabendo destacar nesse processo o impacto do crescimento da presença-visibilidade das mulheres em múltiplos e diversificados setores: no trabalho, nas escolas e universidades, na política, nas artes e ciências. O olhar sobre o feminino frutificou no contexto da quebra dos paradigmas que possibilitou a descoberta de “novos sujeitos sociais” e favoreceu a inclusão das mulheres nas pesquisas. (DE MATOS, 2002, p. 238).

É importante ressaltar que, quando se fala em equidade e gênero, a diversidade profissional influi na obtenção de resultados e pontos de vistas variados, pois diferentes ideias geram diferentes resultados. “Embora seja consenso que não basta incorporar mais mulheres para assegurar resultados inovadores, sendo indispensável promover mudanças metodológicas, não há dúvida de que o processo de inclusão tende a trazer novos olhares para o objeto de análise.” (REVISTA PESQUISA FAPESP, 2020, online).

A pós-graduação brasileira encontra-se, portanto, envolta em um processo recente de expansão. O conseqüente aumento no número de PPG, a abertura de novos cursos de mestrado e doutorado, assim como, o crescimento no número de matriculados, faz-se refletir sobre as condições de formação na pós-graduação. Aliado a esse crescimento, é importante destacar a saúde dos pesquisadores como fator indispensável para o sucesso e avanço da produção acadêmica e científica no País. (PEIXOTO; SOARES; BEZERRA, 2022, p. 4).

Conforme Bechara (2021) sujeitas a diversos e inúmeros tipos de violência, inclusive nos espaços de educação e pesquisa, a inequidade de gênero é uma característica da sociedade brasileira. Nestes contextos, mulheres são estereotipadas e silenciadas da sua capacidade intelectual, perdendo cada vez mais sua representação em meio as decisões nos espaços institucionais, sendo cada vez mais silenciadas e apagadas. Em vista disso:

A noção de equidade nessa esfera diz respeito principalmente à igualdade de oportunidades, o que significa que o acesso à Pós-Graduação deve depender apenas das habilidades e do esforço individual de cada um, não podendo fatores pessoais ou socioeconômicos constituir obstáculo ou vantagem na seleção, permanência e êxito em uma instituição de ensino. (BECHARA, 2021, p. 305).

Analisando historicamente a relação das mulheres com a instrução, com os diversos saberes produzidos pelas sociedades, um mesmo discurso é encontrado, advindo de um frequente conceito pré-estabelecido: a incapacidade intelectual das

mulheres por, não somente serem diferente dos homens, mas por serem igualmente inferiores a eles (KOVALESKI; TORTATO; DE CARVALHO, 2013).

Uma análise feita pelo Índice de Normas Sociais de Gênero divulgada pelo PNUD revela que, apesar de décadas de progresso diminuindo a diferença de igualdade entre homens e mulheres, cerca de 90% dos homens e mulheres têm algum tipo de preconceito contra as mulheres, fornecendo novas pistas para as barreiras invisíveis que as mulheres enfrentam para alcançar a igualdade (UNDP, 2020a).

Procedimentos Metodológicos

Para este artigo, são oferecidas informações referentes à pesquisa bibliográfica, pois se trata de uma pesquisa de caráter exploratório. Os resultados aqui apresentados possuem especial relevância, pois direcionam com pontos chaves, diversos outros pensamentos a partir de aspectos fundamentais referenciados em estudos e teorias que estudam e defendem a educação e que discutem as relações de gênero presentes na sociedade.

De acordo com Rubin (1993), pesquisar sobre a opressão e a subordinação social das mulheres esperando-se uma sociedade sexualmente igualitária, ou seja, a busca pela “[...] análise das causas da opressão das mulheres serve de base à definição do que deveria ser mudado para que se construísse uma sociedade sem hierarquia baseada em gênero” (RUBIN, 1993, p. 1).

A escolha pelo método aqui abordado se deu, pois, este estudo não tem como foco analisar dados por meios estatísticos ou medir os eventos estudados, mas sim a obtenção de dados descritivos sobre pessoas e lugares, além de processos interativos. Esta análise se dá por uso do contato direto do pesquisador com a abordagem pesquisada, a fim de que a compreensão emergja por meio da perspectiva da pessoa que interage diretamente com a situação de estudo (GODOY, 1995).

As informações aqui analisadas e sistematizadas são relacionadas de modo qualitativo, para gerar resultados e discussões relevantes complementares ao tema principal. Portanto, o estudo documental se torna extremamente útil, pois, na análise em questão não é possível estudá-la fora do seu contexto onde ocorre naturalmente. Por meio de observação direta em documentos e registros de arquivos de eventos reais, buscou-se explicar, explorar e descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto (GALVÃO, 2010).

Muito recentemente as universidades brasileiras se viram obrigadas a encarar o problema também por outro ângulo: a presença da violência contra as mulheres no cotidiano da vida acadêmica. [...] Embora não seja um problema novo, a violência no meio acadêmico se apresenta como um novo desafio para a formulação de respostas institucionais. (JORNAL DA USP, 2017, online).

Qual o impacto da presença das mulheres na ciência e da discussão sobre gênero na pesquisa científica? Por quê então, essas situações de desigualdade continuam ocorrendo? Quais mecanismos têm dificultado a ascensão das mulheres dentro das posições de destaque dentro da área da pesquisa? Baseando-se sempre em uma mudança social voltada para o rompimento da ideia de invisibilidade e hierarquia entre os gêneros, repensando os papéis destes acerca dos problemas e limites na educação e reprodução do sexismo (SILVA, 2015).

Diante do cenário aqui proposto, espera-se refletir sobre o papel desempenhado pela Pós-Graduação como local de formação dos formadores, no processo de reconstrução da pesquisa e da ciência sob a perspectiva da equidade de gênero e, conseqüentemente, na elaboração de mecanismos para a superação dos estereótipos e preconceitos sobre as mulheres que permeiam o universo acadêmico (BECHARA, 2021).

Representação das mulheres na ciência e na pesquisa: desafios e problemáticas

Embora as universidades tenham sido criadas no século XII, estas só passaram a admitir efetivamente as mulheres em seu quadro de discentes e docentes no final do século XIX e início do século XX (SCHIEBINGER, 2001). Por isso, o mundo da pesquisa e das ciências se estruturou em bases predominantemente masculinas, ou excluindo ou negando as mulheres (SILVA, 2012). Ao tratar dos desafios da universidade no enfrentamento da violência contra as mulheres:

O tema não é alheio aos estudos acadêmicos. Desde os anos 1980 a produção científica nas universidades brasileiras contribuiu com expressiva produção de estudos e pesquisas sobre a violência contra as mulheres, ajudando na compreensão desse fenômeno em suas dimensões, causas e características. Muitos desses estudos contribuíram para a denúncia da violência como problema social, fundamentaram projetos de políticas públicas, e avaliação da forma

como as instituições respondem a essa violência. (JORNAL DA USP, 2017, online).

O acesso desigual à educação continua sendo um dos fundamentos da desigualdade entre mulheres e homens em diversos países. A democratização do saber e do acesso à instrução dissimulam a questão de poder, que por si controlam o saber, e podem ser concretizadas por ações transformadas pelas práticas sociais reais que se desenvolvem no interior das escolas e das universidades e centros de ensino (KOVALESKI; TORTATO; DE CARVALHO, 2013). Tem-se visto ainda em constante movimento a necessidade de se ampliar os espaços de participação e os debates em torno das diferenças.

De acordo com a UFRGS (2022, online) “apesar do avanço em relação à participação feminina, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para entrar e permanecer na área científica”, destacando-se que essa falta de representatividade feminina no campo científico é ainda maior quando se eleva o grau de carreira.

A constatação das desigualdades de gênero na Academia, (re)produzidas em grande medida no campo simbólico (aquilo que se pensa sobre o que homens e mulheres são, devem e podem fazer em suas vidas profissionais e familiares) desconstrói o mito da meritocracia e revela a existência de uma barreira não apenas ao ingresso e à ascensão das mulheres, como também ao simples pertencimento ao espaço acadêmico. Como reflexo desse quadro de invisibilização de gênero e de naturalização do masculino, tem-se o enfraquecimento da pluralidade e, assim, da própria essência da Universidade. (BECHARA, 2021, p. 299).

Afetada por essa falta de representatividade, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030 em colaboração com instituições e parceiros da sociedade civil, o dia 11 de fevereiro o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, para promover a igualdade de gênero e incentivar o acesso e a participação feminina de forma igualitária (JORNAL DA USP, 2021; UNESCO, 2023).

A redução das desigualdades entre mulheres e homens é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) dentre os 17 presentes na Agenda 2030 da ONU. A ODS 5 tem como meta principal a de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Dentre os indicadores para isso inclui-se a promoção do acesso

à ciência, o tratamento igualitário e a participação de mulheres e meninas no desenvolvimento científico (IPEA, 2019).

No âmbito internacional, segundo a ONU Mulheres, uma abordagem democrática e inclusiva da educação busca assegurar as condições adequadas para a garantia de ambientes de aprendizagem seguros, eficazes e não violentos. Tais práticas são determinantes no enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e etnia do Brasil pois se baseiam na perspectiva de valorização da diversidade de sujeitos envolvidos nos processos educativos. Na concepção da ONU Mulheres, a educação deve incluir conteúdos de gênero e raça nos currículos escolares do sistema público de educação e realizar a formação sobre a temática para docentes e comunidade escolar. (ALVES, 2020, p. 15).

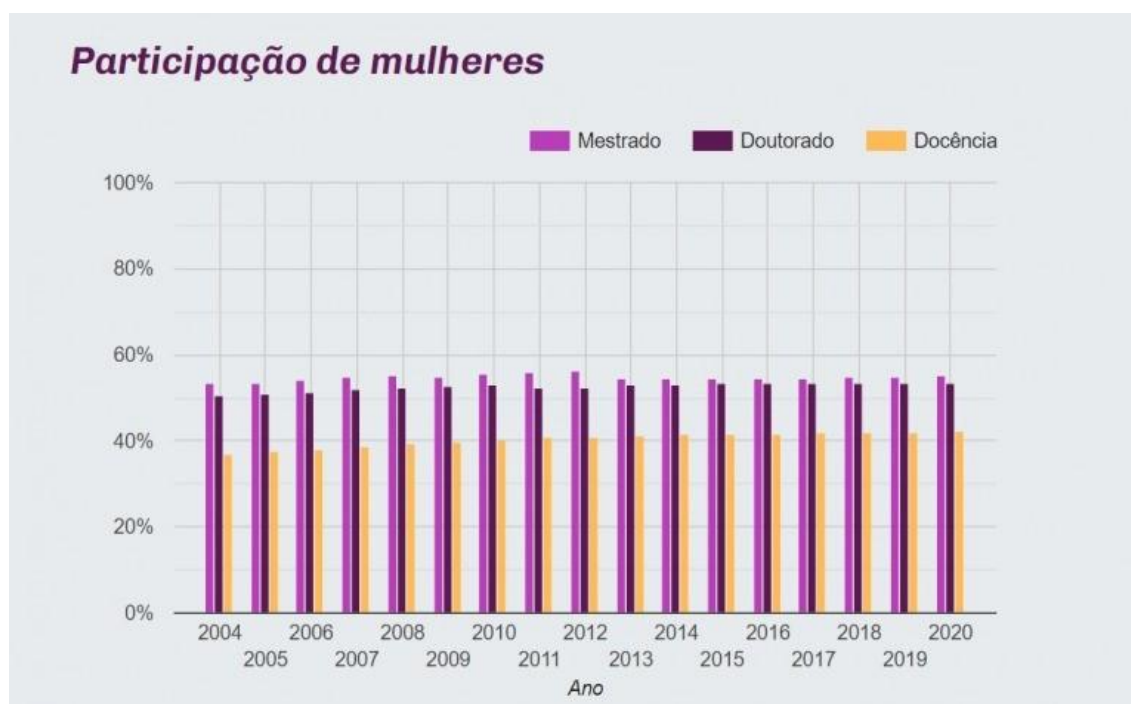
De acordo com os autores Ferrari, Cabral e Salhani (2020, p. 694), na academia, “o conhecimento sobre a Agenda 2030 e do ODS 5 ainda é reduzido, dando a entender que o debate sobre as violências contra a mulher é desequilibrado. É relevante que essa temática comece a fazer parte de disciplinas de pós-graduação em Comunicação, [...]”.

Apesar de cada vez mais mulheres fazerem pesquisa no país, elas ainda enfrentam desafios como conciliação de vida doméstica e vida profissional e ameaça do estereótipo. Segundo a ONU, 33,3% é a porcentagem média global de pesquisadoras (UNESCO, 2023). Mesmo tendo expandido o circuito de comunicações, as publicações científicas que levam a autoria de mulheres permanecem em maior grau de desigualdade na distribuição nada equânime do capital científico (JORNAL DA USP, 2021). Além disto, apesar de serem maioria com doutorado em diversas áreas e programas, as mulheres não estão tão bem representadas nos níveis mais altos das carreiras, representando apenas 24% dos beneficiários de um subsídio do governo brasileiro concedido aos cientistas mais produtivos do Brasil, por exemplo (IPEA, 2020).

Também há desigualdade quando os dados revelam as citações de trabalhos publicados. Elas conseguem fazer parte de publicações como colaboradoras, mas muito pouco como tutoras intelectuais nesses trabalhos. Apesar dos dados serem desanimadores, pesquisas mostram que, no Brasil, as mulheres já são responsáveis pela produção de metade dos artigos científicos que são produzidos no país. Na área de saúde, as mulheres são responsáveis por um em cada quatro estudos publicados, mas é nas ciências exatas que a realidade muda: publicações desta área possuem mais de 75% de homens em sua autoria. (UFAL, 2023, online).

“Um artigo publicado na *Nature Magazine* há alguns anos descobriu que as mulheres eram responsáveis por quase 70% do total de publicações de cientistas brasileiros entre 2008 e 2012, um dos maiores índices do mundo.” (IPEA, 2020, online). Mesmo que os países que alcançaram a paridade de gênero entre pesquisadores, estes ainda enfrentam grandes desafios para alcançá-la em todos os aspectos, pois ainda persiste a segregação vertical e horizontal.

FIGURA 1: Participação das mulheres na pós-graduação e na docência.



Fonte: UERJ, 2023, online.

Cada vez mais presentes nas áreas de conhecimento e no campo da pesquisa, as mulheres ainda enfrentam barreiras para se equipararem aos homens em termos quantitativos na ciência no Brasil (UERJ, 2023). Segundo o autor Venturini (2017, p. 6) “[...] é importante ressaltar que apesar das mulheres representarem a maioria dos portadores de títulos de mestrado e doutorado, tal superioridade não se reflete em outros aspectos da pesquisa científica no Brasil”.

Existe, por exemplo, uma participação feminina muito maior em programas com menores quantidades de bolsas e com menor produção acadêmica, o que pode ser interpretado como uma estrutura que reforça a exclusão das mulheres em áreas que

obtem mais recursos para a pesquisa e divulgação científica (OLIVEIRA et al., 2021). O tratamento desigual segundo o sexo gera diferenças como a carga de trabalho atribuída, promoções dadas aos trabalhadores, acesso aos recursos e contribuições para avanços na carreira (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015).

Essa argumentação mobiliza, assim, a hipótese da existência de algum tipo de discriminação contra trabalhadoras do sexo feminino, que pode ser explícita ou, mais frequentemente, implícita nos princípios que guiam promoções ou distribuição de recursos. Isso aconteceria sempre que uma perspectiva masculina da carreira fosse imposta para o conjunto. (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015, p. 752).

De acordo com o Jornal da Unesp (2023) as avaliações curriculares para a seleção de docentes, por exemplo, não consideram, em nenhuma esfera, as barreiras impostas pela desigualdade de gênero. E segue:

O combate a estereótipos de gênero torna-se especialmente importante num momento em que as mulheres já são maioria nos programas de pós-graduação do Brasil. [...] Quando o foco de análise de igualdade de gênero se desloca para a carreira docente e a ocupação de cargos de liderança acadêmica, as mudanças caminham a passos muito lentos. Esse fenômeno, de escasseamento das quantidades de mulheres à medida que se avança na carreira, está sendo estudado e tem nome: efeito tesoura. (JORNAL DA UNESP, 2023, online).

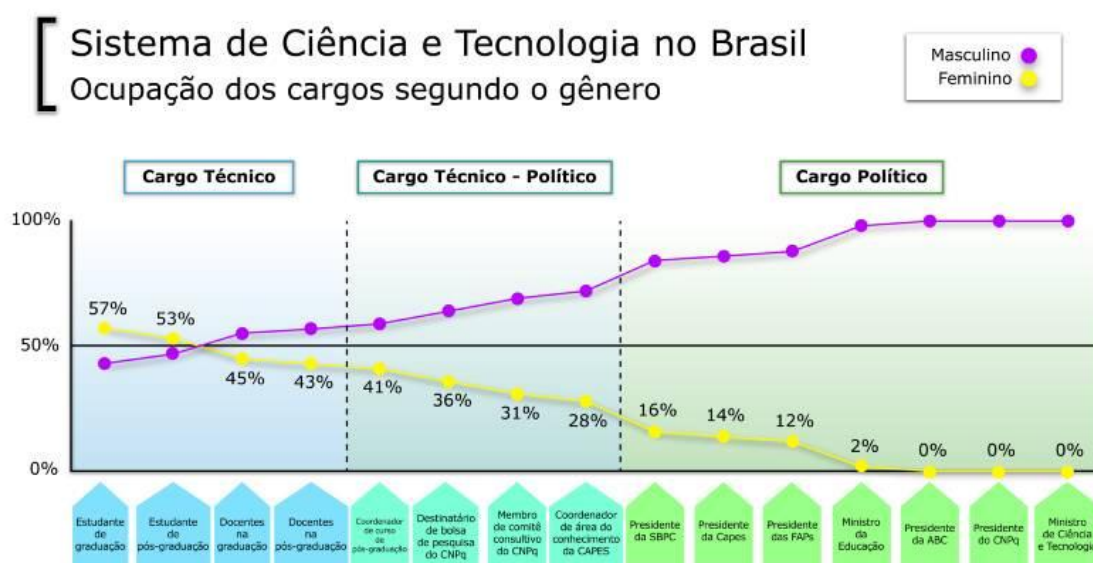
O efeito tesoura se dá por fatores que vão além de aspectos mais evidentes e, desta maneira, toca em barreiras invisíveis impostas pela desigualdade de gênero, como assédio e parentalidade (JORNAL DA UNESP, 2023). O que ocorre é uma diminuição do contingente de mulheres à medida em que as carreiras progridem, ou seja, o efeito tesoura limita a ascensão das mulheres aos postos mais elevados da estrutura acadêmica (AGÊNCIA BRASIL, 2023; UNB NOTÍCIAS, 2023).

Segundo a diretora da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU do GenderInSITE (programa internacional para promover a equidade de gênero na ciência), Alice Abreu, é preciso olhar para a estrutura do sistema, já que um fenômeno muito comum é que, em momentos decisivos da carreira acadêmica, muitas mulheres desistem, ocasionando uma real perda de talentos nas universidades. [...] Para Alice Abreu, apesar das conquistas no acesso à educação, mulheres ainda estão engatinhando em relação às mudanças estruturais. [...] Se no acesso (de mulheres ao ensino superior e pós-graduação) o Brasil parece ter progredido de forma

importante, na questão das mudanças estruturais estamos ainda engatinhando.” diz Alice. (UFJF, 2023, online).

Assim como citado nos textos online, é possível ver a explicação do efeito tesoura na Figura 2.

FIGURA 2: Efeito tesoura do Sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil:
Ocupação dos cargos segundo o gênero.



Fonte: ResearchGate

Fonte: JORNAL DA UNESP, 2023, online.

Desta forma, observa-se que:

[...] as últimas décadas foram marcadas por um processo de democratização do ensino superior para ambos os sexos, especialmente para as mulheres, uma vez que hoje há uma maior proporção de mulheres que completam o ensino fundamental, médio e, também, o ensino superior. [...] No entanto, é importante ressaltar que a aparente igualdade ou superioridade numérica das mulheres nos cursos de graduação não representa uma real equidade entre os gêneros, visto que apesar da expansão feminina em diversas carreiras, há uma tendência de maior peso feminino nas carreiras de menor prestígio. (VENTURINI, 2017, p. 4).

Em um contexto numérico desfavorável, onde as mulheres sempre estão em menor número, as pesquisadoras estão mais vulneráveis a situações de assédio, ocorrência que põe em risco mais uma vez o desenvolvimento de suas carreiras e a criação de um ambiente de trabalho/estudo que lhes seja inclusivo e seguro. Segundo

Nunes (2022, p. 3) “entende-se que algumas práticas e elementos culturais presentes na Pós-Graduação são favoráveis para a manifestação de violências, inclusive, o assédio moral”.

De acordo com De Carvalho (2022, p. 60), “falar sobre assédio sexual, na vida universitária, exige enfrentarmos muitos problemas: o medo e o silêncio das vítimas, a negação da violência pela comunidade e até mesmo sua naturalização nas relações acadêmicas”. A autora ainda segue (2022, p. 60): “não poderia ser diferente, considerando que os espaços acadêmicos não se afastam do contexto social em que estão inseridos”.

O meio acadêmico se insere em um contexto no qual ocorrem diversas situações de assédio moral, seja pelo abuso de poder, pressões e cobrança ou pela recusa de diferença (NUNES, 2020). A posse unilateral de bens e de valores, a estrutura social e a cultura excludente, responsável por gerar a diferença e a necessidade da dependência, estruturam o poder desde a sua origem, fazendo com que este se reproduza (LAGARDE, 2005).

A percepção de qualquer tipo de violência ou discriminação está diretamente associada ao enquadramento de gênero, “o que pode ser compreendido como relacionado ao ambiente predominantemente masculino e permeado por uma expectativa de comportamento “masculinizado”, [...]”, e segue “[...] angariados de uma hierarquia patriarcal e machistas [...]” (MIRALDI; MARTINS; CAMARGOS, 2020, p. 12).

As violências psicológica e verbal e o abuso de autoridade podem causar inclusive danos posteriores psicológicos e emocionais as mulheres vítimas destes. É importante o reconhecimento das situações de abuso para o enfrentamento e tomada de decisão correta de cada uma delas. Além disto, os diferentes tipos de violência afetam as vítimas que, na maioria das vezes, acabam em situações de culpabilização e revitimização (MIRALDI, MARTINS, CAMARGOS, 2020; FIOCRUZ, 2023).

Diretas ou veladas, as agressões são feitas pelos homens muitas vezes por meio da sedução e da violência para não perder os benefícios e os privilégios que obtêm através das suas relações com as mulheres (SILVA, 2015). A mulher que se encontra aprisionada, portanto, se encontra privada de sua liberdade ditada pelas normas de uma sociedade hegemônica, classicista e patriarcal, na qual possuem liberdade e respeito apenas aqueles que estão incluídos nos grupos tidos como dominantes (LAGARDE, 2005).

Ignorados de forma geral, gestos incômodos são uma das formas de assédio que prejudicam as relações pois vão se tornando comportamentos naturalizados, fáceis de serem percebidos e identificados, mas tão perigosos quanto e que muitas vezes não se consegue enquadrar completamente na forma de assédio (MIRALDI, MARTINS, CAMARGOS, 2020; FIOCRUZ, 2023). Ao falar de violência, considera-se que as mulheres “presumem que a denúncia trará repercussões negativas para si, do ponto de vista moral e profissional, além de presumirem ainda que enfrentarão obstáculos institucionais na Universidade relacionados à chance de sofrerem revitimização” (DE CARVALHO, 2022, p. 64).

“Composta por atos hostis, ultrajantes e desrespeitosos, a patologia social da violência pode se manifestar física, sexual e/ou psicologicamente, nas verbalizações agressivas, na discriminação étnico-racial, no assédio sexual e no assédio moral.” (FIGUEIREDO; SILVA; SANTANA, 2020, p. 1843).

Assim, ao falar das consequências destes assédios, são diversas as consequências: “aumento dos níveis de ansiedade, bloqueio emocional para continuar a pesquisa, descrença na possibilidade de concluir o curso, desistência, pedido para mudar de orientador/a e, em casos extremos, depressão e ideação suicida.” (FIOCRUZ, 2023, online).

Essas são algumas das formas de violações relatadas pelas mulheres que conseguem superar o medo, a vergonha e o sofrimento de falar sobre o que sofrem na convivência acadêmica. São experiências protagonizadas por colegas, professores, funcionários e que afetam sua saúde física e mental, inibem seu desenvolvimento intelectual, as impelem para fora da vida acadêmica e, em muitos casos, afetam seu desenvolvimento profissional, além de comprometer seus relacionamentos na vida íntima e social. (JORNAL DA USP, 2017, online).

No âmbito das universidades, tanto para discentes quanto para docentes devido às próprias práticas e culturas do ambiente acadêmico, competitividade acirrada e a busca intensa pela produtividade, prazos, pressão e cobranças (muitas vezes realizados de forma exacerbada), têm ocasionado deterioração nas condições de trabalho e pesquisa, adoecimento e distúrbios ou transtornos psicológicos que vão de insônia e preocupações constantes à depressão e ansiedade (NUNES, 2020). De acordo com Peixoto, Soares e Bezerra (2022, p. 13) “o ambiente acadêmico apresenta cobranças que podem se tornar excessivas a depender do indivíduo submetido a elas”.

Na Pós-Graduação, a cobrança e a pressão são práticas comuns praticadas por todos, seja em relação ao trabalho, a elaboração de artigos, assiduidade e outros. O que precisa ser enfatizado, é a forma que isso se manifesta. As verbalizações ressaltaram que ocorrem de modo exacerbado e muitas vezes hostil, o que pode influenciar no surgimento de casos de assédio moral. Esse processo de cobranças e pressões não recai apenas nos discentes, o elo mais fraco e mais afetado, mas também, nos docentes e PPG's que precisam de produção para terem permanência na atividade e alta pontuação. [...] Portanto, é preciso falar em qualidade de vida, saúde mental e assédio moral na Pós-Graduação para que esse processo não seja doloso para quem passa ou permanece nesse ambiente. Embora a exposição de situações negativas dentro dos Programas de Pós-Graduação possa possibilitar mudança nessa cultura e práticas assediadoras, não é uma tarefa a curto prazo e nem um processo simples a ser desenvolvido por um ou outro. Trata-se de uma mobilização coletiva, que deve transformar a própria cultura e o sistema ao qual ela está inserida e se relaciona. (NUNES, 2022, p. 14-15).

É preciso investimentos, de acordo com Souza et al. (2021a) tanto por meio de políticas públicas, educacionais e sociais, para que haja garantia de igualdade, oportunidade e principalmente melhores condições de vida para as docentes. Destaca-se assim a fundamental importância de estudos voltados para esta temática, sendo estes debatidos, aprofundados e, caso possível, viabilizados.

Embora não exista uma obrigação legal expressa para que as universidades brasileiras enfrentem essas questões, os tratados de direitos humanos das mulheres e a legislação analisada colocam a necessidade de toda a sociedade enfrentar a violência contra as mulheres, ressaltando a responsabilidade de todas as instituições não praticarem violência institucional. (MAITO; PANUNCIO-PINTO; VIEIRA, 2020, online).

Assim sendo, fica mais do que evidente que o gênero na ciência importa, e o mesmo se pode dizer da diversidade e das ações que promovem a equidade de gênero, hoje essenciais para que surjam novos olhares que possibilitarão uma ciência realmente imponente (UFJF, 2023). Superar essa invisibilidade requer o compromisso de toda a sociedade e não só da acadêmica e científica e muito menos apenas das mulheres.

Conclusão

Pensar em termos de pluralidade e diversidade é rediscutir as relações, é entender a necessidade de se ampliar os espaços de participação e de se criar condições para os debates em torno das diferenças. São necessárias práticas sociais reais que

impliquem no desenvolvimento de uma ação democrática concreta em torno dos espaços de interação social de educação, pesquisa, ensino e ciência.

Ações e políticas de enfrentamento ao assédio que envolvam a prevenção e o combate à violência, não só de gênero, devem ser iniciativas adotadas por todas as instituições e centros de ensino, que saiam da posição de apenas propostas e diretrizes e tomem medidas necessárias para conquistar o devido avanço ao combate do problema. São urgentes os protocolos de atuação nas Universidades quanto a violência de gênero, mesmo quando estas não estão estritamente relacionadas as relações acadêmicas e de pesquisa, visto que as assimetrias de gênero estão por toda parte.

É possível afirmar que as disparidades de gênero são decorrentes da repressão cultural sofrida pelas mulheres. A natureza não fez mulheres inferiores aos homens. As mulheres possuem as mesmas capacidades intelectuais para participar ativamente no campo científico. O empoderamento das mulheres e os discursos não podem ser isolados, pois é coletivo, e coloca as mulheres à frente dos movimentos e contextos sociais. Mais vozes trazem mais questionamentos e mais contribuições, além de permitir que elas defendam pontos e interesses que só elas mesmas podem defender.

Salienta-se aqui a necessidade da promoção de discussões, principalmente nos ambientes acadêmicos, sobre diversidade e violência, com o propósito de qualificar o estudante e informá-lo sobre a realidade e o contexto em que está inserido, que ainda conta com traços de uma cultura brasileira machista e elitista.

Por fim, defende-se aqui a importância dos estudos e das pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares que abordam a perspectiva de gênero e a inclusão das mulheres nas diferentes áreas sociais.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa da Uerj mostra desigualdade de gênero na ciência no Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/pesquisa-da-uerj-mostra-desigualdade-de-genero-na-ciencia-no-brasil>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. Políticas públicas, gênero e currículo: notas para equidade. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, p. 1-23, 2020.

ANDIÓN, Margarita Ledo. Meios sociais e ensaio documental feminista. In: LOPES, M. I. V.; KUNSCH, M. M. K. (orgs.). **Comunicação, cultura e mídias sociais**. São Paulo: ECA-USP, 81-92, 2015.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. (In)Equidade de gênero e ensino jurídico: o papel da pós-graduação para a representação feminina no Direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo** (Edição especial comemorativa dos 50 anos da Pós-Graduação em Direito no Brasil e na USP), v. 116, n. 1, p. 299-315, 2021.

CNN BRASIL. **Desigualdade de gênero atinge ciência no Brasil, revela pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/desigualdade-de-genero-atinge-ciencia-no-brasil-revela-pesquisa/>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

DE CARVALHO, Natalia Silveira. Experiências femininas na Univeridade: violência de gênero e resistência feminista. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 8, n. 2, p. 59-68, 2022.

DE MATOS, Maria Izilda S. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **MARGEM**, n. 15, p. 237-252, 2002.

DA SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciênc. educ. (Bauru)**, n. 20, v. 2, 2014.

ESTIVALET, Anelise Gregis. **Política, gênero e violência no cotidiano: uma análise do Projeto Mulheres da Paz**. 2018. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

FERRARI, Maria Aparecida; CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Comunicação, diversidade e Agenda 2030 no enfrentamento à violência contra a mulher: percepção de alunos de pós-graduação na academia e nas empresas. **Razón y Palabra**, v. 24, n. 109, p. 668-702, 2020.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; DA SILVA, Quezia Eloise França; SANTANA, Franciele Ariene Lopes. Assédio moral e gênero na universidade pública: ressonâncias do produtivismo no trabalho docente. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. esp. 3, p. 1841-1855, 2020.

FIOCRUZ. **Ceensp discute motivações, prevenção e combate aos assédios no ensino e na pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/53976>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

FUNDAÇÃO VERDE. **Mulheres na ciência: exclusão, invisibilidade e baixa representatividade**, 2022. Disponível em <https://fundacaoverde.org.br/mulheres-na-ciencia-exclusao-invisibilidade-e-baixa-representatividade/>. Acesso em: 11 Abr 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de Epidemiologia**, n. 398, p. 1-377, 2010.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, n. 35, v. 2, p. 57-63, 1995.

IPEA. **Igualdade de gênero**, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 12 Abr 2023.

IPEA. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?**, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 13 Abr 2023.

JORNAL DA UNESP. **Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência nas universidades?**, 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/03/03/por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades/>. Acesso em: 14 Abr 2023.

JORNAL DA USP. **“A mulher só se torna tema de pesquisa quando ela mesma começa a fazer pesquisas”, afirma historiadora**, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/a-mulher-so-se-torna-tema-de-pesquisa-quando-ela-mesma-comeca-a-fazer-pesquisas-afirma-historiadora/>. Acesso em: 8 Abr 2023.

JORNAL DA USP. **Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência**, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 12 Abr 2023.

JORNAL DA USP. **Violência de gênero na Universidade – o desafio da USP**, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/violencia-de-genero-na-universidade-o-desafio-da-usp/>. Acesso em: 15 Abr. 2023.

KOVALESKI, Nádia Veronique Jourda; TORTATO, Cintia Souza Batista; DE CARVALHO, Marília Gomes. As relações de gênero na história das ciências: a participação feminina no progresso científico e tecnológico (Gender relations in the history of science: The women's participation in the scientific and technological progress). **Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 9-26, 2013.

LAGARDE, Marcela y de los Rios. **Los Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. México: UNAM, 2005.

MAITO, Deise Camargo; PANUNCIO-PINTO, Maria Paula; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Um BASTA na violência sexual e em função de gênero na Universidade: a construção de diretrizes para orientar ações institucionais [online]. **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2020. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/03/17/um-basta-na-violencia-sexual-e-em-funcao-de-genero-na-universidade-a-construcao-de-diretrizes-para-orientar-acoes-institucionais/>. Acesso em: 15 Abr. 2023.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MEYER, Dagmar E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F. e GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. P. 9-27.

MIRALDI, Ana Beatriz Closesl; MARTINS, Igor Micheletto; CAMARGOS, Liliane Santos de. MULHERES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM UMA FACULDADE DE ENGENHARIA. **Pesquisas e Práticas Educacionais**, v. 1, p. 1-16, 2020.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.

MULTIRIO. **A história das mulheres na ciência**, 2020. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15509-a-hist%C3%B3ria-das-mulheres-na-ci%C3%Aancia>. Acesso em: 9 Abr 2023.

NUNES, Thiago Soares. Assédio Moral na Pós-Graduação: Práticas e Elementos Culturais Propiciadores. **Administração Pública e Gestão Social**, v.14, n.1, p. 1-17, 2022.

NUNES, Thiago Soares. Vivências de assédio moral na pós-graduação: relatos de docentes e discentes. **Revista Gestão e Secretariado (GeSec)**, v. 11, n. 3, p. 212-237, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi et al. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações: Revista Ciências Sociais**, v. 27, p. 75-93, 2021.

PEIXOTO, Maria Tatiana; SOARES, Themis Cristina Mesquita; BEZERRA, Sara Taciana Firmino. A produção acadêmica suscita adoecimento? Revisão sistemática integrativa sobre a saúde discente na pós-graduação stricto sensu. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, v. 18, n. 39, p. 1-17, 2022.

PISCITELLI, Adriana. RE-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCHUnicamp, 2002.

PORTO. Pedro Rui Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei 11.340/06 – Análise crítica e sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2007.

REVISTA PESQUISA FAPESP. **O gênero da ciência**, 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-genero-da-ciencia/>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

RIBEIRO, Vaena Caroline Martins; FERREIRA, Maria da Luz Alves. Desigualdade de gênero na universidade: ênfase no sexo feminino. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 18, n. 1, p. 53-64, 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCHIEBINGER, Londa. O Feminismo mudou a ciência?. Bauru: EDUSC, 2001.
SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 13, p.11-30, 2005.

SILVA, Emanuely Arco Iris. **Ciência no feminino: um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação da UFPE**. 184 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico Do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2015.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias**. 147 f. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde, 2012.

SOUZA, Katia Reis de et al. Trabalho docente, desigualdades de gênero e saúde em universidade pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5925-5934, 2021a.

SOUZA, Viviam Mara Pereira de et al. Violência de gênero no espaço universitário. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, p. 1-11, 2021b.

UERJ. **Mulheres na ciência: Iesp-Uerj divulga dados reveladores sobre a desigualdade de gênero na pós-graduação brasileira**, 2023. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/mulheres-na-ciencia-iesp-uerj-divulga-dados-reveladores-sobre-a-desigualdade-de-genero-na-pos-graduacao-brasileira/>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

UFAL. **Ufal debate implantação de Política de Igualdade, Equidade e Diversidade**, 2023. Disponível em: <https://eenf.ufal.br/principal/v1/ufal/noticias/2023/3/ufal-debate-implantacao-de-politica-de-igualdade-equidade-e-diversidade-de-genero>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

UFJF. **O gênero importa: por uma ciência mais diversa e equânime**, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/08/o-genero-importa-por-uma-ciencia-mais-diversa-e-equanime/>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

UFRGS. **Desigualdade de gênero na área científica ainda é realidade no cenário atual**, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/elas-nas-ciencias-desigualdade-de-genero-na-area-cientifica-ainda-e-realidade-no-cenario-atual/#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20da%20jornada%20acad%C3%AAmica,grada%20a%20C3%A7%C3%A3o%20em%20doutorados>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

UNB NOTÍCIAS. **Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência?**, 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/117-pesquisa/6372-por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades>. Acesso em: 14 Abr. 2023.

UNDP. **Almost 90% of Men/Women Globally Are Biased Against Women**, 2020a. Disponível em: <https://www.undp.org/arab-states/press-releases/almost-90-men/women-globally-are-biased-against-women>. Acesso em: 11 Abr 2023.

UNDP. **TACKLING SOCIAL NORMS – A game changer for gender inequalities**, 2020. New York: United Nations Development Programme, 2020b.

UNESCO. **Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência**, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/days/women-girls-science#:~:text=O%20Dia%20Internacional%20de%20Mulheres,mulheres%20e%20meninas%20na%20ci%C3%Aancia>. Acesso em: 11 Abr 2023.

VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, p. 1-15, 2017.

Recebido em abril de 2023.
Aprovado em julho de 2023.